

A FILOSOFIA MORAL E POLÍTICA PERANTE A EVOLUÇÃO TECNOCIENTÍFICA *

Maria E. Koutlouka **

(Universidade de Aristóteles — Grécia)

A irrupção da ciência e da técnica provocou uma confusão nos domínios da filosofia moral e da filosofia política tradicionais. Suas imensas possibilidades exercem uma influência sobre a natureza humana, que repercute na sociedade.

As pesquisas científicas e técnicas impuseram uma problemática que conduziu os filósofos a se aplicarem à questão da responsabilidade do homem de ciência, do técnico e do político na sociedade moderna e a do papel da moral e da política nesta sociedade.

A civilização moderna caracteriza-se, em grande parte, pelo progresso das ciências e das técnicas, fato que constitui, incontestavelmente, um saldo positivo para o homem. Mas esse otimismo implica em algumas reservas que, freqüentemente, são bastante graves.

O homem exprime toda sua problemática em relação à hegemonia da ciência e da técnica sobre os valores morais, por uma desconfiança face a esta aliança. Acresce que o homem está em condições de submeter à verificação a legitimidade das suas aplicações.

Ao mesmo tempo que a tecnociência aumenta o bem-estar do homem e da sociedade cria, freqüentemente, novos problemas e necessidades artificiais. Acontece também que a tecnociência, ao menos nesse período de transição que atravessamos, em vez de servir à liberdade do homem, colocou-a em perigo, em consequência de uma carência de educação intelectual e moral adequada ao progresso tecnocientífico contemporâneo. Então, o mínimo que se pode dizer é que o progresso da tecnociência não basta, por si mesmo, para assegurar também o progresso intelectual e moral do homem e da sociedade. Segue-se que um sangue frio sem fraquezas e uma reflexão constante são necessários para fazer face à

(*) Tradução de Constança Marcondes Cesar.

(**) Maria E. Koutlouka recebeu recentemente o **Prêmio Internacional Aranha de Ouro**, da Associação Italiana **Sodaglio**, formada por universidades Italianas, centros de pesquisa científica da Itália e pela Associação Geral dos Pais Italiano. É atribuído a personalidades que, através de suas obras, contribuem para a paz mundial e à melhor compreensão entre os povos.

amplificação incontrolável da tecnociência e particularmente à aplicação inconsequente de suas enormes possibilidades práticas.

Diante do progresso científico e tecnológico, a filosofia moral atual, bem como a política, são conduzidas a refletir sobre os corolários do presente e antecipar as implicações na sociedade moderna e vindoura. A bem conhecida interdependência entre a ciência, a sociedade e a política obriga a quem quer que deseje abordar o problema de sua influência recíproca a fazer uma escolha. A autonomia da tecnociência suscita evoluções sociais e modificações das estruturas econômicas. A agitação do presente é um fenômeno ligado à aceleração do ritmo das mudanças na sociedade. Quanto às perversões das possibilidades tecnocientíficas, perversões que decorrem de um uso contrário à moral, devem ser imputadas ao regime político que as gera.

É bom pôr à luz algumas elaborações fundamentais desses temas e submetê-los a uma análise que revela as relações recíprocas entre a tecnociência e a filosofia moral, no que concerne ao seu domínio prático, a saber, o político.

A. AS RELAÇÕES DA TECNOCIÊNCIA E DA POLÍTICA QUANTO À MORAL

É corriqueiro opor a tecnociência e a política, de um lado e a moral, de outro. Ao menos no plano teórico, freqüentemente são consideradas estranhas umas às outras e pertencentes a dois domínios bem diferentes.

I. A TECNOCIÊNCIA E A POLÍTICA ESTRANHAS À MORAL

A política, quer no plano teórico — ciência política — quer no plano prático — ação política — é relativa ao Estado ou governo. Ora, aí está uma ordem de coisas que parece, à primeira vista, bem distinta da dos valores morais.

Todos os defensores do que se pode chamar de “realismo político”, atestam que a política tem seus próprios fins: a sociedade tem apenas o dever de se precaver e o papel do Estado e do governo é unicamente o de assegurar tal salvaguarda; se estes se atrelassem a esta prescrição, por escrúpulos quanto à moral corrente, correriam o risco de ser infiéis à sua função. O poder político contemporâneo, para chegar ao cumprimento eficaz de sua missão, encontra-se diante da necessidade

imperativa de fazer apelo à tecnociência. Mas na medida em que a contribuição da tecnociência a esse assunto se torna complexa, o poder político se restringe e sujeita-se à tecnocracia, a ponto de constituir somente o álibi ideológico do novo poder que se levanta, o poder tecnocrático. Um poder que só venera a lei suprema do progresso, a qual é um fato e um dado positivo, um dado das ciências. Compreende-se então, que os tecnocratas se servem da tecnociência não somente para justificar ideologicamente uma decisão mas, freqüentemente, para legitimar seu próprio poder de decisão. Tal concepção é corrente também entre os defensores dos regimes autoritários e da "razão de Estado".

As diferentes doutrinas políticas que repousam sobre um pretenso "realismo político" de feição ora positivista, ora explicitamente materialista, pretendem só conhecer "relações de fato". Desenvolvendo-se impetuosamente durante alguns decênios, a tecnociência vê-se comandada pelo Estado moderno, que administra sua orientação segundo seu objetivo. Sabe-se bem que se se quer levar a efeito uma política científica eficaz, é preciso prever, nas grandes linhas, o futuro da ciência. A ciência torna-se tridimensional, do ponto de vista do tempo, porque não são só o presente e o passado, mas também as exigências do futuro, que desempenham um papel decisivo no comportamento de cada sociedade face à ciência.

É extremamente sedutor e lisonjeiro, para as camadas populares, considerar a ciência como aberta a todos, igualitária, suscetível de explicar tudo, até mesmo de elucidar amanhã aquilo que lhe escapa hoje; e, principalmente, considerar que a ciência é dotada de respeito pela verdade. Mas semelhante tese é um puro absurdo, porque não comporta verdade científica.

A pesquisa científica em si, a ciência dita "pura", agindo no universo teórico é isenta de todo conceito moral: falaremos então da neutralidade da ciência. Esta neutralidade é bem admitida no caso em que as ciências físicas voltam suas pesquisas aos fenômenos físicos, examinam suas correlações e sua dependência de causas-agentes, a fim de aceder à verdade. Mas a neutralidade desmorona quando surge o problema da aplicação das teorias científicas, aplicação que só é realizável com o concurso da técnica¹.

Ciência e técnica agindo conjuntamente formam o conjunto do sistema tecnocientífico que acreditamos comportar os germes de uma ameaça global ao corpo social. Tal ameaça reside no fato de que não somente o ritmo da evolução tecnocientífica se acelera com uma dupla rapidez em relação às faculdades de adaptação do homem e da sociedade, mas principalmente na evidência de que o progresso tecnocientífico não caminha concertado com a evolução dos valores morais em geral.

O progresso científico amplia o campo daquilo que é tecnicamente realizável e inversamente todo progresso técnico desenvolve

o domínio experimental da pesquisa científica. Daí resulta um autodesenvolvimento tecnocientífico cujo processo escapa a todo controle social e impõe-se à sociedade como um destino transcendente.

O processo da tecnociência enquanto função de mudança não admite demarcações; obedece só às suas próprias leis. Esta autonomia acarreta problemas infinitos e às vezes indefinidos; sua aptidão cada vez mais inteligente a impulsiona a aventurar-se em esferas que não poderão, a priori, ser submetidas à verificação. Nesse momento coloca-se o problema da intervenção da moral, se a conduta da tecnociência passar da arrogância à provocação e ferir a natureza humana. O poder tecnocientífico se exerce não apenas sobre a natureza humana mas também sobre a própria natureza e o que é alarmante e que não estamos ainda em condições e nos defendermos desta forma de poder. J. J. Salomon diz que: "a ciência se realiza como técnica entre outras, é manipulação das forças naturais num horizonte de decisões políticas"². Então é o monopólio ideológico da tecnociência, na sociedade contemporânea, que deve ser quebrado³.

O autodesenvolvimento tecnocientífico, acompanhado por um decréscimo dos valores morais, engendra uma série de inconvenientes para a sociedade de hoje, fato que torna indispensável a intervenção da filosofia, tanto mais que os problemas suscitados são de ordem política.

As diferentes doutrinas políticas desconhecem uma realidade fundamental, a saber, que a vida social é feita não somente de realidades materiais, de relações de forças, de conflitos de interesses, de planos de organização, mas também do culto e do respeito a certos valores, entre os quais os valores morais ocupam lugar eminente. Assim, tais doutrinas chegam a negar toda moral, reduzindo o dever ser ao que se faz. Para apoiar este procedimento pernicioso, a política abraça a aberração pragmática dos tecnocratas que só se ocupam com o proveito imediato, com o sucesso, ignorando o valor de toda indagação sobre as consequências de sua ação. Afirmam que uma vez que teoricamente tudo é possível, então o que é operável deve ser empreendido. A questão que se põe não é mais se a pesquisa científica empreendida é realizável, mas a de esclarecer as exigências tecnocientíficas por uma avaliação apreciável dos escolhos que a pesquisa empreendida implica para os valores morais do homem.

A filosofia de hoje, agindo do domínio da filosofia crítica, deve refletir sobre as regras propícias e os objetivos razoáveis que a tecnociência deve seguir para estar de acordo com a natureza humana e respeitar o meio ambiente.

II. A POLÍTICA INSERIDA NA MORAL E A TECNOCIÊNCIA SUJEITA A ESTA

Ao contrário das doutrinas que contestam a moral em favor da política, colocam-se aquelas que desconhecem a especificidade própria da

tecnociência e da política e pretendem que estas devem estar sujeitas à moral. Mas se a moral contemporânea tenta controlar a pesquisa da tecnociência, esta torna-se estática e todo avanço de consideração prática para o homem, cairá na inércia. Então a problemática atual consiste em encontrar a mediação entre as desvantagens do progresso, inconcebível sem a intervenção da tecnociência e a apreciação moral de suas atividades. Devemos nos esforçar para descobrir e explorar critérios racionais ou de determinar novamente nossos critérios, a fim de ir adiante em relação à moral tradicional, enfrentar a deontologia pragmática e fazer face à ética enquanto teoria da vida ética.

A posição idealista que política e tecnociência devem se vincular à moral, desconhece as condições concretas nas quais a tecnociência funciona e a política se comporta, face às exigências da vida social. O determinismo dinâmico da tecnociência impõe regras dinâmicas, princípios morais novos; em suma, uma filosofia moral renovada. Ademais, uma política exclusivamente a priori é insuficiente, visto que se encontra na impossibilidade de adaptar-se a condições novas; perde sua flexibilidade e deixa-se levar à estagnação.

As noções morais e seus mandamentos ligados à moral tradicional são, por natureza, gerais e abstratos, coisa que suscita a dúvida sobre sua eficácia no mundo atual.

III. AS RELAÇÕES RACIONAIS DA TECNOCIÊNCIA E DA POLÍTICA NO QUE TANGE À MORAL

Em princípio, a moral é a regra universal da conduta humana. A moral se aplica à vida pública e goza pelo menos um direito quanto à política e à tecnociência: estas devem submeter-se a certas regras morais fundamentais. Mas acontece que, freqüentemente, a conduta do poder político encontra-se diante do imperativo de conformar-se a elementos técnicos que não são da alçada da moral. Em consequência é preciso enfocar a questão moral levando em consideração que ela é tridimensional: está ligada à dimensão do passado, mas também às do presente e futuro; logo, está em conexão concreta com a tecnociência.

O sentido da noção do bem determinado pelos valores morais eternos não deve ficar fora do tempo histórico dado. A moral forneceu-nos, até o presente, toda uma série de sistemas de filosofia moral que, no seu tempo, representavam as sociedades e a civilização que os elaboraram.

A explosão da tecnociência, apresentada em termos de "revolução tecnológica", sensibilizou o homem de hoje face a essa potência

que visa não apenas a uma elaboração da sociedade, mas também das dimensões essenciais da sua natureza. O funcionamento da tecnociência organiza para o homem um novo modo de existência, um meio que se distingue das condições naturais — uma vez que é o efeito de uma proposição humana, que certamente encontra na natureza suas condições de realização, mas não sua determinação concreta. Então o homem foi engajado em uma problemática acentuada pelo perigo que a tecnociência representa, uma vez que esta abala as possibilidades do homem decidir uma parte de seu futuro. Esta impotência encerra o risco de atirar o homem na passividade, na indiferença pelo curso das coisas, diante do qual se vê desarmado. Mas o homem, pela sua inteligência e sua vontade criadoras, deve reagir; sua responsabilidade moral exclui toda passividade. Todos aqueles aos quais incumbe o encargo de tomar decisões na política e alhures, devem impregnar-se com este dado novo: uma tecnociência em evolução rápida e incoercível. Aquilo que ontem fluía por si, não flui hoje; o espaço está aberto a novas perspectivas, implicando novas justificativas morais.

O homem, em face de novas e perturbadoras dimensões da civilização moderna, tem necessidade de uma filosofia moral que alargue seu horizonte e represente a consciência de si, de sua sociedade. E por esse fato, seria inconcebível que esta fosse uma filosofia superada, alienada da sociedade e da civilização de seu tempo.

B. TECNOCIÊNCIA E POLÍTICA

A aparência da função da tecnociência tende à glorificação das conquistas científicas e a eficácia de sua aplicação constitui, no plano social, a demonstração de sua "verdade". É por essa razão que a eficácia tecnocientífica torna-se a insígnia que caracteriza a sociedade contemporânea dita "desenvolvida". De sorte que esta apologética tecnocientífica metamorfoseia o saber objetivo em saber absoluto e em virtude de fato de que esta autentificação se efetua ao nível prático, atribui à tecnociência um papel absoluto no domínio poético; e mais precisamente, no domínio da política, o que estabelece o fundamento da ideologia tecnocrática.

A ideologia tecnocrática não está nem a serviço do corpo social nem a favor dos centros econômicos e políticos cuja correlação com a tecnociência é estreita, mas beneficia esta nova classe social de elite, os tecnocratas, esta minoria que se intitula de especialistas. Objetou-se a esta tese, afirmando que os tecnocratas não constituem uma classe que não possuem meios de produção; mas é preciso não esquecer que eles são os

senhores incontestáveis dos meios de produção em virtude de sua competência técnica e de sua autoridade ditatorial.

O centro de poder do Estado moderno é discernível nas esferas da alta cúpula tecnocrática. É ela que, honrando seus valores, difunde a mentalidade tecnocrática e afirmam a ideologia tecnocrática, distinguindo-a das ideologias políticas, às quais critica os critérios de racionalização e a frágil eficácia.

A sociedade contemporânea, a fim de assegurar a justificação das decisões que é obrigada a tomar, sob a pressão das exigências da tecnociência em constante evolução, restringe-se a revesti-las de uma ideologia social e política. Então, para legitimar suas decisões, a sociedade funda um sistema de ideologização; logo, a tecnociência exerce uma função ideológica sobre a sociedade.

No momento em que a influência da tecnociência torna-se cada vez mais forte, somos testemunhas de uma contestação das louvadas vantagens do progresso tecnocientífico. Denuncia-se sua agressividade desmedida face à natureza e suas relações com a sociedade. No plano moral acusa-se seu desinteresse pela consideração moral dos próprios objetivos e a penúria de reflexão filosófica que o priva de um espírito crítico eficaz. No plano social, os mecanismos diretores tecnocráticos conduzem a uma instabilidade social cada vez mais perigosa: os tecnocratas, com suas especulações sobre a função política e sua vocação gerencial, exercem uma atividade política, no sentido de que concebem sua empresa como um elemento da sociedade global e suas atitudes face aos trabalhadores como um elemento da política econômica e social do país⁴.

A programação que divide a sociedade em planejadores que coordenam "o material humano" e em planejados, encontra-se abalada pelo fato de que o controle central que a tecno-estrutura exige, freqüentemente é impraticável, porque "os planejados reclamam" cada vez mais ruidosamente o direito de participar da definição dos objetivos da tecnociência.

Para dominar as fortes flutuações será preciso ao mesmo tempo elucidar nossos objetivos sociais a longo prazo e democratizar nossas estruturas. A democratização não é mais um luxo político, mas uma necessidade primordial; uma participação, cada vez mais ampla das pessoas, nos centros que elaboram as decisões, facilita o processo da autoregulação social.

Hoje a moral continua a desempenhar um papel apologético. O pensamento filosófico invoca, com ênfase, suas conquistas do passado e quando não renuncia às aquisições do presente, busca resolver a problemática atual e futura com as formas passadas. Mas semelhante concepção não poderá fornecer ao homem a armadura moral para sua nova

visão da condição humana. Milhões de seres humanos se sentem cada vez mais perdidos e tornam-se, aos poucos, incapazes de enfrentar de modo racional o mundo que os cerca.

No passado, as mudanças se efetuavam com uma calculada falta de presteza e o homem tinha margem para adaptar-se organicamente às mudanças que se realizavam ao longo das fases graduais da evolução social. Esta integração, no presente, em que os acontecimentos superam a aptidão humana de segui-los, não é mais tida como possível. O poder socio-político deve tomar nas mãos as rédeas da evolução para assegurar conscientemente o controle do poder tecnocientífico, que possui a faculdade de melhorar a vida humana ou de aniquilá-la. Os guias da inteligência e da política devem moderar a aceleração desencadeada e orientá-la em direção a um futuro à medida do homem. Incumbe-lhes a tarefa, nesse momento histórico, de predispor o homem a enfrentar os graves problemas de seu futuro.

Para que a filosofia possa desempenhar seu papel preponderante na edificação do futuro, sua revalorização é uma necessidade imperativa.

A filosofia deve encontrar o denominador comum entre a moral e a tecnociência, a fim de estabelecer uma relação orgânica entre eles e isto será possível se forem inseridas no mesmo sistema de valores, mas numa nova escala de valores. Porque o homem foi dotado não de uma moral e de valores, mas da faculdade de adquiri-los⁵. A história da filosofia prova-nos que a civilização humana não foi dotada de um único sistema moral e que no curso de sua evolução foi capaz de assimilar toda uma variedade de valores e morais.

A crise que sacode nosso mundo é profunda e as inquietudes vivas, diante da desumanização gradual da tecnociência, que progride em direção a fins ignorados. Verifica-se então a necessidade, para a filosofia, de impor-se de novo como a "Primeira das Ciências". A tecnociência tem também, mais que nunca, necessidade da filosofia moral, se quiser evitar soçobrar sob o domínio do positivismo e da indiferença axiológica, à qual sua autonomia a conduz.

NOTAS

(1) Assinalamos que a ciência dita "aplicada", procedendo conjuntamente com a técnica, estabelece o dado novo da tecnociência, dado cujos elementos diferentes e combinados formam uma mescla inextrincável. Este novo termo designa a coordenação imutável, a solidariedade do gênio e da técnica como o interpreta Gaston Bachelard no *A Atividade Racionalista da Física Contemporânea*, Paris, P.U.F., 1965, p. 224.

(2) J. J. Salomon, *Ciência e Política*, Paris, Seuil, 1970, p. 28.

(3) Ph. Roqueplo, *Pensar a técnica. Por uma democracia concreta*, Paris, Seuil, 1983, p. 34.

(4) Cf. F. Bon — M. A. Burnier, *Os novos intelectuais*, Paris, Seuil, 1971.

(5) Th. Dobzhansky, *O homem em revolução*, Paris, Flammarion, 1966, p. 388.